



Número: **0831021-87.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **25/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIMAR SABINO VIEIRA (AUTOR)		CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9026909	30/03/2020 16:38	Despacho	Despacho
9018993	27/03/2020 19:43	Certidão	Certidão
7256729	20/11/2019 11:17	Carteira de Trabalho	Documentos
7256734	20/11/2019 11:17	EDIMAR SABINO - JUNTADA	Petição
7256954	20/11/2019 11:17	Carteira de Trabalho	Documentos
7013770	04/11/2019 21:25	Despacho	Despacho
6900298	25/10/2019 13:55	Certidão	Certidão
6899979	25/10/2019 13:50	Petição Inicial	Petição Inicial
6899980	25/10/2019 13:50	EDIMAR SABINO VIEIRA DPVAT	Petição
6899982	25/10/2019 13:50	Procuração	Procuração
6899983	25/10/2019 13:50	Declaração	Documentos
6899989	25/10/2019 13:50	Boletim de Ocorrência	Documentos
6899991	25/10/2019 13:50	Prontuário medico UPA	Documentos
6899992	25/10/2019 13:50	Prontuário médico	Documentos
6900143	25/10/2019 13:50	Prontuário médico (2)	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0831021-87.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
AUTOR: EDIMAR SABINO VIEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho,

Em análise ao pedido de gratuidade da justiça e face a manifestação e documentos (Id's 7256734 e 7256954), convenço-me da verossimilhança do alegado, concedendo, pois, ao requerente os benefícios da gratuidade da justiça, com a assistência gratuita de advogado e isenção das custas e emolumentos judiciais.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT, ajuizada por EDIMAR SABINO VIEIRA, em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificados na inicial.

Alega o requerente, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito no dia 09/05/2019, do qual lhe restou diversas lesões corporais de natureza grave; que encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura; que teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais fratura diafisaria de ambos os ossos do antebraço, resultando incapacidade no membro superior.

Alega ainda, que buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT, requerendo administrativamente a quanta a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório; que a requerida efetuou o pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida; que após análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor ínfimo de **R\$ 2.362,50** (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Requerendo ao final a citação da requerida; a inversão do ônus da prova em seu favor; a realização de perícia médica e a procedência da ação.

É o relato. Decido:

Conquanto salutar a medida de conciliação/mediação, prevista no novo Código de Processo Civil, com o fito de evitar a formação e prolongamento do litígio, no entretanto, a experiência constatada em casos tais é que a parte suplicada, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., não tem se disposto a transigir sem que tenha conhecimento da extensão dos danos sofridos pelo beneficiário do seguro, e como se deve buscar também os princípios da brevidade, eficiência e resultado, e considerando poder o juiz, nos termos do artigo 139, V do CPC,



promover a conciliação das partes a qualquer tempo e fase procedimental, hei por bem remeter a fase conciliatória para ocasião, se necessário, da audiência de instrução e julgamento, determinando de logo a realização da perícia médico/legal.

Assim, objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico ortopedista **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, inscrito no CRM Nº 606PI**, com endereço residencial na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP: 64.052-510, Teresina-Piauí (E-mail: rmartinsleal@yahoo.com.br), que deverá ser intimado para cumprir este encargo, podendo realizar a perícia na sala de audiências desta Vara e/ou na sala do IML instalada no subsolo deste Fórum, devendo entregar o laudo no prazo de 10 (dez) dias (artigo 465 do CPC), a contar da data da realização da perícia.

Faça-se saber ao perito supra, que para o cumprimento da medida, o perito deverá informar a este Juízo o local, data e hora da realização da perícia, para o fim de intimação e comparecimento da requerente e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização (Artigo 474 do CPC). Devendo constar, ainda, as advertências dos artigos 466, 473, 476 e 477 do CPC.

Assim, conforme o convênio nº 69/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em **R\$ 200,00** (duzentos reais).

Intime-se a suplicada para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de **R\$ 200,00** (duzentos reais).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- a) arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso;
- b) indicar assistente técnico;
- c) apresentar quesitos (se já não os houver apresentado);

Realizado o depósito, oficie-se o perito nomeado para proceder à realização da perícia no prazo de até 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo no prazo já especificado em duas vias, observando, para tanto, os quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo do perito, podendo, ainda, o assistente técnico das partes apresentar seu parecer.

Cite-se, ainda, a parte requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.



Intimações e diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 29 de março de 2020.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0831021-87.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
AUTOR: EDIMAR SABINO VIEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico nesta data, para os devidos fins que intimada a parte autora, por seu advogado, do despacho ID 7013770, para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar sobre o referido despacho, a mesma apresentou manifestação em 20/11/2019, como se vê no ID 7256734 dos autos. Dou fé.

CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho.

TERESINA-PI, 27 de março de 2020.

ANA REGIA MOREIRA DA SILVA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



petição



Escritório de Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 9ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ**

Processo nº 0831021-87.2019.8.18.0140

EDIMAR SABINO VIEIRA, já qualificado nos autos em epígrafe, por sua procuradora subscrita, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência em atendimento ao Despacho (7013770), requerer a juntada da Carteira de Trabalho, para instrução do referido processo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Teresina, 20 de novembro de 2019.

Claudia Tertulino Costa

OAB/PI 11.719



 **MINISTÉRIO DO TRABALHO**
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP
124.49208.00-5

NÚMERO	SÉRIE	UF
1975492	001-0	PI

Edimar Gabriel Lima

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



TERESINA
 SILVESTRE SABINO VIEIRA
 CIDADA DO ESPIRITO SANTO
 R.O. 1008963 SSP PI
 SOLTEIRO
 1008963
 NATURALIZADO PORT M. L. M.
 LOCAL DA EMISSÃO DRT/PI
 23/07/2002
 514.754.723-15
 para Luiz Borges Ferreira





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0831021-87.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
AUTOR: EDIMAR SABINO VIEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho,

Em análise ao pedido de gratuidade de justiça feito pelo requerente,
decido:

Inicialmente, levando-se em conta o caráter tributário das custas processuais, é defeso ao magistrado, sua dispensa de moto próprio.

É verdade que a Lei Estadual 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providencias, isenta do pagamento de aludidas custas os beneficiários da assistência judiciária, nos termos do art. 6º da aludida lei.

Por seu turno, o art. 1º do Provimento Conjunto 05/2009, do egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, estabelece que: “A distribuição de ações não beneficiadas pela assistência judiciária somente ocorrerá mediante a comprovação do recolhimento das custas processuais, através do boleto bancário próprio.”, entendendo-se tais, a princípio, aquelas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Conquanto não se desconheça o disposto e o alcance da Lei 1.060/1950, recepcionada pela constituição Federal de 1988, entretanto ha de sua exegese, atentar para o comando constitucional de 1988, que em seu artigo 5º, LXXIV, estabelece:

Art. 5º (...)
LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.

Conquanto a clara compreensão do comando constitucional, o legislador infraconstitucional editou a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/2009, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo 5º, in verbis:



Art. 4º (...)

§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Neste particular, diga-se de passagem, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de maneira vanguardista, já vem o Estado do Piauí, prestando assistência judiciária aos necessitados, através de sua Defensoria Pública, que com o advento da carta magna, editou a Lei Complementar nº 59/2005, que em seu artigo 5º, incisos I e V, estabelece uma de suas funções institucionais:

Art. 5º. (...)

“I – prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias.” (...)

“V – patrocinar ação civil.”

O requerente postula o benefício da justiça gratuita, afirmando não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, entretanto, não consta dos autos documento que comprove a sua insuficiência econômica.

Desse modo, e não obstante o previsto na aludida lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, recepcionada pela constituição vigente, onde consta apenas como condição da gratuidade da justiça a simples declaração do requerente, tal, contudo, não pode invalidar o exposto no comando constitucional quanto à necessidade de comprovação de insuficiência de recurso, pois seria a inversão ter o texto maior de adequar-se ao menor e não vice-versa. Pelo que, a insuficiência de recurso deverá mesmo ser comprovada por quem não encontrar-se assistido pela Defensoria Pública.

Neste sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão. Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravos, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012).

Nesse diapasão, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS - IMPOSSIBILIDADE. A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011).

Desta forma, por entender que a decisão de deferimento de gratuidade da justiça não deve ser tomada de modo automático, mas avaliando comedidamente as provas presentes nos autos do processo e apresentando a respectiva fundamentação, determino a intimação da parte requerente para juntada de documentos que



comproven sua hipossuficiência financeira, tais como: contracheque, declaração de imposto de renda e/ou carteira de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido.

Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 4 de novembro de 2019.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0831021-87.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
AUTOR: EDIMAR SABINO VIEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, bem como que a parte requereu os benefícios da justiça gratuita. Certifico, ainda, que faço conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 25 de outubro de 2019.

KASSIO LEAL PARAIBA
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



inicial



Escritório de Advocacia

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PIAUÍ.

EDIMAR SABINO VIEIRA, brasileiro, portador da Identidade (RG) nº 1.098.963 SSP-PI e, CPF. nº 514.754.723-15, residente e domiciliado no povoado Nova Cajaíba, Zona Rural Teresina-PI, por sua procuradora, *in fine*, mandato anexo, com escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, aptº. 602-A, Bairro Cristo Rei, Teresina- PI, onde recebe as comunicações de estilo, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Av. Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com arrimo na Lei nº 6.194/1974 alterada pela Lei nº 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Por oportuno, a advogada subscrita desta declara, sob sua responsabilidade pessoal, a autenticidade das cópias de documentos acostados a esta inicial.

PRELIMINARMENTE

Página 1



Escritório de Advocacia

I - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente o Autor declara, sob as penas da Lei, que não está em condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, e pleiteia os benefícios da Justiça Gratuita, assegurada pelo art. 4º da Lei 1.060/50.

Reza o "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

II - DAS RAZÕES FÁTICAS

O Requerente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 09/05/2019, às 15:05h, o mesmo trafegava conduzindo uma moto Honda/CG 125 FAN KS , PLACA PIY-2823-PI, sendo socorrido pelo por terceiros e levado para o UPA, e depois transferido para o HUT conforme boletim de ocorrência e demais documentos juntados nos autos.

Nesse ínterim, o Requerente fora socorrido por terceiros e levado para a UPA para realizar os procedimentos cirúrgicos, sofreu diversas **lesões corporais de natureza grave**, que podem ser percebidos os problemas, por meio de relatórios e prontuários médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que o **Requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nessa inicial**, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Dessa forma, os danos são inegáveis, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, **dentre**

Página 2



Escritório de Advocacia

os quais fratura Diafisaria de ambos os ossos do antebraço RESULTANDO INCAPACIDADE NO MEMBRO SUPERIOR.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade da proteção financeira às vítimas de acidente de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Dessa forma, após um período de recuperação dos traumas e do abalo psicológico que fora acometida, o Autor de posse dos prontuários, exames e laudos médicos, aptos a declarar a sua INCAPACIDADE solicitou junto à empresa requerida o pagamento do sinistro do seguro DPVAT - por INVALIDEZ, visto os danos sofridos, ficando impossibilitada do exercício da profissão por força do acidente ocorrido.

No ato do requerimento do pagamento do sinistro do seguro a empresa Seguradora requereu documentações que comprovassem os fatos, como boletim de ocorrência, dentre outros documentos comprobatórios dos fatos e das lesões sofridas, tudo apresentado pelo Requerente à Seguradora nos termos da Relação de Documentos para Sinistro DPVAT.

Ocorre que, para surpresa do Autor, e **apesar de toda a documentação apresentada e de ter sofrido graves danos físicos, passado por cirurgia, ter deformidade nos membros**, entre outras agruras que vem sofrendo, o Autor só recebeu a importância ínfima de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Desta forma, **deverá ser pago ao Requerente o valor integral da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Assim, recorre a parte Autora aos braços da justiça para fazer valer o seu direito a indenização por Invalidez na forma da fundamentação a seguir exposta:

III - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA



Escritório de Advocacia

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu art. 5º que “A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma o Requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito previsto em lei.

No entanto, suscitar a falta de interesse de agir caracteriza total desentendimento com a CF/88. Nesse sentido, vejamos a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. SEUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegura o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não esta condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício do seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.** Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 700321435005, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA CASSADA. Frente à atual orientação do STJ, adiro ao entendimento da desnecessidade da comprovação da

Página 4



Escritório de Advocacia

prévia recusa administrativa, a fim de que a parte se valha do judiciário para receber a indenização securitária decorrente do seguro DPVAT. Recurso provido; sentença cassada.

(TJ-MG - AC: 10024110177359002 MG, Relator: Eduardo Mariné da Cunha, Data de Julgamento: 30/01/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/02/2014)

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DA SENTENÇA - RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário.

(TJ-MS - APL: 08014965520138120005 MS 0801496-55.2013.8.12.0005, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 15/04/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/04/2014).

Portanto, como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incomparável com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição Federal, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações expostas.

IV - DO NEXO DE CAUSALIDADE

Cumpre salientar que o Seguro Obrigatório DPVAT, foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em

Página 5



Escritório de Advocacia

caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

É incontestável a ocorrência do acidente de trânsito, uma vez que **o Autor juntou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e laudo médicos) o que estabelecerá o nexo de causalidade.**

Assim, no que concerne a **invalidez**, restou devidamente comprovada pelo **laudo médico, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo Requerente, dentre os quais fratura diafisaria de ambos os ossos do antebraço.** Portanto em virtude de tais lesões o Autor não consegue mais realizar atividades habituais, cotidianas.

Dessa forma, ainda que, estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais a Lei nº 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho. Como no caso em tela, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, embora seja para algumas ocupações habituais, já está configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido vejamos:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA. Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)



Escritório de Advocacia

V - DO AFASTAMENTO DA CARÊNCIA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PELO CONVÊNIO COM TJPI Nº 069/2015

Vale destacar que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis que existe outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convênio com a Seguradora Líder de nº 069/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a Líder figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a Seguradora arcará com os honorários periciais.

Dessa forma, MM Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L. Ressaltando ainda que os laudos e exames médicos anexados aos autos, suprem a carência do referido laudo, uma vez que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

VI - DA PREVISÃO LEGAL

Em conformidade com o art 3º da Lei 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas assistência médicas e suplementar. Vejamos:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica



Escritório de Advocacia

e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Ora, Excelência, restados comprovadas as lesões sofridas e as alegações aqui prestadas, por meio das contundentes provas apresentadas, e sendo verossímeis os fatos presentes nesta exordial, cabe a este Juízo a determinação do pagamento do valor do sinistro, em sua integralidade referente ao Seguro DPVAT, visto que devido em seu patamar maior e não pago na integralidade pela empresa seguradora requerida por ser expressão de justiça.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74.

Ademais, ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **prova do acidente** e do **dano decorrente**, conforme prescreve o art 5º, §1º e §7º, da supra lei mencionada.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de



Escritório de Advocacia

culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito e desde que haja **invalidez permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização**, a qual no caso em baila foi fixada em lei por valor equivalente **a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nossos tribunais tem assim se manifestado, vejamos:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ FUNCIONAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO NA INTEGRALIDADE - SENTENÇA MANTIDA. Não obstante a Súmula 474 do STJ, tratando-se de debilidade de caráter permanente de membro, apta a provocar incapacidade para o trabalho, cabível o pagamento integral do valor da perda, constante da tabela anexa à lei Nº 11.945/2009 a título de seguro DPVAT.

(TJ-MG - AC: 10313120224503001 MG, Relator: Wanderley Paiva, Data de Julgamento: 26/08/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2015)



Escritório de Advocacia

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, não restou outra alternativa senão acionar o Poder Judiciário **para que imponha a Seguradora a obrigação de pagar a indenização na integralidade.**

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita ao Autor, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas conforme estabelece a Lei nº 1.060/50, art. 5º XXXV e LXXIV da CF/88, art.98 do NCPC;

b) Que seja recebida e registrados os pedidos da presente ação, designando-se desde logo, audiência de conciliação, citando a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas.

c) Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra condenando a empresa Ré ao pagamento integral da diferença integral da indenização no valor e R\$ 11.138,50 (onze mil cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos), atualizados a data da liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92 condenação a título de quantum indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente.

d) Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;

d) Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo



Escritório de Advocacia

do I.M.L., tendo em vista a precária condição financeira do Autor e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da PERICIA JUDICIAL PELO CONVÊNIO 069/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são capazes de elucidar o livre convencimento do nobre Julgador.

e) Requer seja declarada a inconstitucionalidade do art. 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o art 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

f) Requer ainda que seja aplicada a multa prevista Resolução nº 14 da SUSEP e 25.10.95 publicada no DOU de 0.03.98 em caso de não pagamento o valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado esta ação.

g) Caso Vossa Excelência entenda necessário, seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente, pelo Convênio 069/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça o Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

g) A condenação da Requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20% do valor da condenação, conforme art 85, do NCPC;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas, realização de perícias e juntada de quaisquer outros documentos que esse respeitável Juízo entender necessário.

Nos termos do art. 272, § 5º do CPC/2015 (constando dos autos pedido expresse, para que as comunicações dos atos processuais



Escritório de Advocacia

sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade), requer-se que as comunicações dos atos processuais sejam dirigidas à advogada Claudia Maria Tertulino Costa, OAB/PI nº 11.719, email: claudiatertulinocosta@hotmail.com, com escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, aptº. 602-A, bairro Cristo Rei, Teresina- PI, onde recebe as comunicações de estilo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que
Pede deferimento.

Teresina, 25 de outubro de 2019.

Claudia Maria Tertulino Costa
OAB/PI Nº 11.719



Escritório de Advocacia

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE EDIMAR SABINO VIEIRA, marileiro, portador do RG nº 1.098.963 SSP/PI e CPF nº 514.754.723-15, residente e domiciliado no povoado Nova Lajinha, Zona Rural, Teresina - Piauí

nomeia e constitui como sua procuradora, Claudia Maria Tertulino Costa, advogada, com registro na OAB/PI nº 11.719, e.mail: claudiatertulinocosta@hotmail.com, com Escritório profissional na Av. Abdias Neves, nº 1850, Bairro Cristo Rei, nesta capital, onde recebe as intimações de estilo, concedendo amplos e ilimitados poderes com as cláusulas **ad judicium** e **extra** para foro em geral, para representa-lo em qualquer instância ou Tribunal em qualquer ação em que o(s) outorgante(s), seja(m) autor(s) ou réu(s) ou de qualquer forma interessado(s), em conjunto ou separadamente, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, habilitar e retificar, ceder e prometer, e delas variar ou desistir, acompanhando-as em todos os seus termos até o final, podendo para tanto acordar, agravar ou apelar de qualquer despacho ou sentença fazer e assinar requerimentos, documentos necessários, produzir provas, justificações, requerer falência ou concordata, transigir, firmar compromissos, renunciar, passar recibos, pagar taxas e dar quitação, assinar termo de inventariante, finalmente tudo o que for preciso para o fiel cumprimento deste mandato.

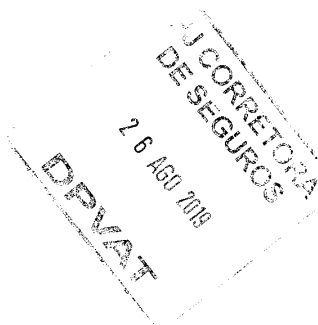
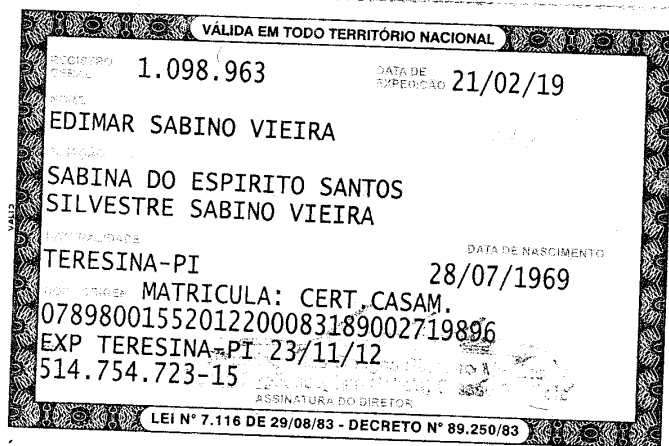
Teresina(PI), 10 de setembro de 2019

Edimar Sabino Vieira
OUTORGANTE

99510-0048

Página 1





cepeisa
ENERGIA

Para contato conosco, informe esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

1515803-4

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.040.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 06/90

Nº da Nota Fiscal 023650657

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS JUNHO/2019 VENCIMENTO 02/07/2019 CONSUMO (kWh) 132 TOTAL A PAGAR (R\$) 160,76

MARIA JOSE DO NASCIMENTO VIEIRA
ES DA CACIMBA VELHA S/N POV LAGOA DA MATA
CPF: 00077828577320
CEP: 64.000-000 - TERESINA ROT: 17.001.29.92.406820

DADOS DA LEITURA	kWh	DATAS DA LEITURA
Atual:	4474	Atual: 25/06/2019
Anterior:	4342	Anterior: 24/05/2019
Constante de Multiplicação:		Próxima Leitura: 25/07/2019
Consumo Medido:	132	Emissão: 24/06/2019
Consumo Faturado:	132	Apresentação: 25/06/2019
Forma de Faturamento: NORMAL	Código de Irregularidade:	Dias de Consumo: 32

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	A1938861		1.4.1.1	211

HISTÓRICO kWh	Descrição da Conta	
Mês/ano consumo	CONSUMO	
MAI/19 126	30 A R\$ 0,287625 =	8,62
ABR/19 124	70 A R\$ 0,493069 =	34,51
MAR/19 131	32 A R\$ 0,739590 =	23,66
FEV/19 132	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	5,75
JAN/19 145	DIFERENCA DE TARIFA	41,68
DEZ/18 169	SUBVENCAO BAIXA RENDA	29,97
NOV/18 101	CORRECAO MONETARIA IG 05/19-00	0,13
OUT/18 872	MULTA POR ATRASO 05/19-00	2,96
SET/18 156	PARCELAMENTO DE DEBITO 9/10	73,28
AGO/18 156	JUROS POR ATRASO 05/19-00	0,14
	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	0,16
TARIFA SEM TRIBUTOS:		
0 A 30 - 0,206625		
31 A 100 - 0,354212		
101 A 132 - 0,531308		

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM	
Mes/ano	Valor R\$
11/2018	502,99
10/2018	921,28

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

CONTA R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS R\$	
Distribuição:	22,80	Base de Cálculo:	108,47
Energia:	44,04	Imposto de Renda:	22,00%
Transmissão:	7,45	Valor do IPI:	23,86
Encargos:	3,64	Valor do PIS:	1,13
Tributos:	30,54	Valor do COFINS:	6,49%

INDICADORES DE CONFIABILIDADE									
	DIC			PI			DMIC		DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal		Mensal
Limite	5,08	10,15	20,30	3,43	6,85	13,70	2,86		
Realizado	0,00			0,00			0,00		
Conjunto	TERESINA			04/2019			04/2019		

26 AGO 2019
CORRETORA DE SEGUROS
DPVAT



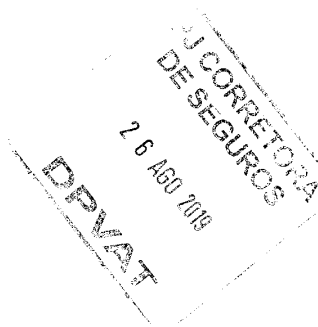
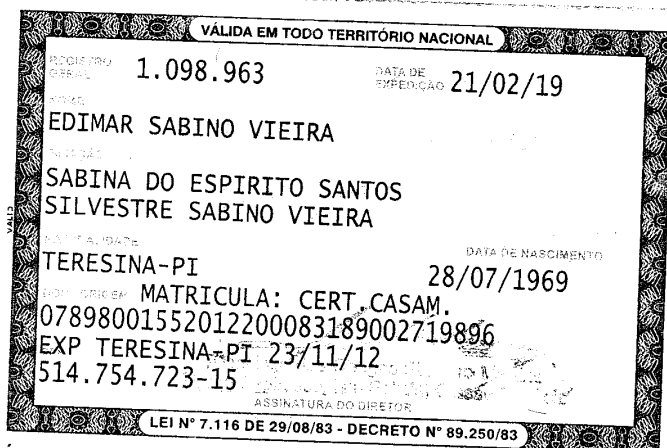
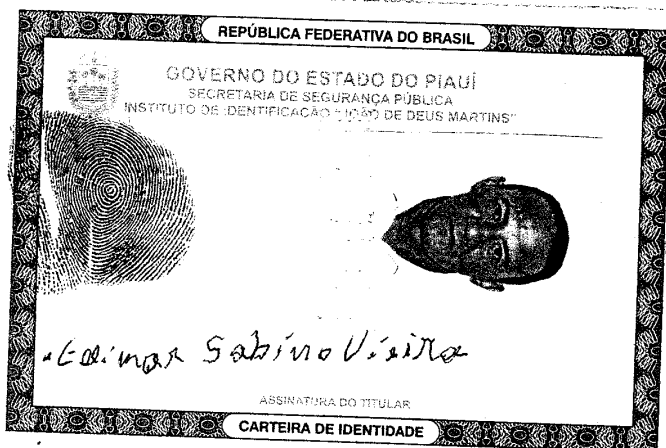
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EDIMAR SABINO VIEIRA	
Brasileiro (a)	
RG nº: 1.098.963 SSP/PI	CPF/MF nº: 514.754.723-15
Endereço: povoado Nova Lajinha, Zona Rural, Teresina - Piauí	
DECLARA para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de	
sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: _____, sem o prejuízo de seu próprio	
necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.	

Teresina-PI, 10 de setembro de 201__.

Edimar Sabino Vieira
(CPF 514.754.723-15)







Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



158 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002647/2019-52

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Res. pelo Registro: Narceiza De Maria Chaib Lima

Data/Hora: 15/07/2019 - 10:30

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

POVOADO NOVA CAJAIBA, Nº:

Complemento

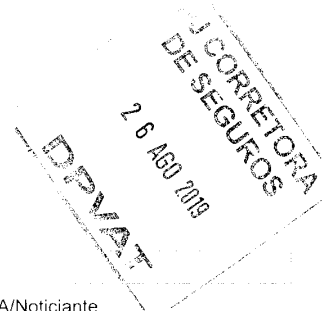
Data/Hora

09/05/2019 - 15:05

Bairro

POVOADO

Ponto de Referência



DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA

RG: 1098963

Mãe: SABINA DO ESPIRITO SANTOS

Endereço: POVOADO NOVA CAJAIBA, Nº

Bairro: POVOADO

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE RELATA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 125 FAN KS, ANO 2010, PLACA-PIY-2823-PI, RENAVAM-01118806716, DE SUA PROPRIEDADE, INFORMA QUE VINHA NA VIA ACIMA CITADA, QUANDO UM CARRO NAO IDENTIFICADO FECHOU A VITIMA, PERDEU O CONTROLE CAIU, SENDO SOCORRIDO POR TERCEIROS E LEVADO PARA UPA DO RENASCENÇA PRONTUARIO.151997, E TRANSERIDO PAR O HUT. PRONTUARIO. 510706. ERA O QUE TINHA A REGISTRAR.

Narceiza De Maria Chaib Lima - Mat.
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Edimar Sabino Vieira
EDIMAR SABINO VIEIRA - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



**UNID. DE PRONTO ATENDIMENTO - RENASCENÇA**

Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074

TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 09/05/2019 16:57:32

(User: ALBERT MEDEIROS)

(Estação: SALADEGESSO-PC)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA		Prontuário: 151997
Mãe: SABINA DO ESPIRITO SANTOS	Pai: SILVESTRE SABINO VIEIRA	
End.Resid.: POVOADO NOVA CAJAIBA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 28/07/1969	Idade: 49a9m12d	Sexo: Masculino Fone: 86-99517-0773
Responsável: O MESMO	CNS:	
Profissão:	Documento: CPF: 514.754.723-15	
G. Instrução: Não informado	E.Civil: Ignorado	

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 371595	Entrada: 09/05/2019 15:43:51	Convênio: S U S	Proced: 0301060096
Motivo da Procura (Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR			
Condução: ?			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Classificação: Dor moderada	Cor: Amarelo
Breve História Clas. Risco: Refere acidente de motocicleta há 2 horas, apresenta edema e dor em antebraço E		KARLA DANIELLA GOMES DE SOUSA E COREN/PI 276884 Em: 09/05/2019 15:48:32

SSVV:

(Hora: ____:____)

Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: bmp	Pressão: mmHg
---------------	----------------	-----------------	------------	---------------

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:fratura ossos do antebraço
encaminhado a cirurgia**Diagnóstico Inicial:**

?

Exames Complementares:**Prescrição Médica:****Motivo da Alta/Encerramento:**

Internação em Outra Unidade

DATA: / /**HORA:** :

Assinatura Paciente ou Responsável

Dr. Albert Medeiros
ALBERT MEDEIROS
CRM3567 Em: 09/05/2019 16:57:31



Assinado eletronicamente por: CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA - 25/10/2019 13:49:45

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102513494574000000006595655>

Número do documento: 19102513494574000000006595655

Num. 6899991 - Pág. 1



Fundação Municipal de Saúde

SUS

17 577 205/0015 - 32
UPA RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III -
CEP 64082-110
Teresina-PI



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA	Para: ORTOPEDIA HPM ou HVT
Sr (a). <i>Edimar Sabino Vieira</i>	Registro:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
<i>paciente vítima de acidente de trânsito em antebraço por acidente automobilístico há 3h fx. fratura ossos do antebraço (fechada) encaminha a cirurgia</i>	
TERESINA-PI 07/05/2019	<i>07/05/2019</i> Dr. Albert Rêdeiros Ortopedia/Traumatologia Cirurgião de Mão e Microcirurgia
Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo	

CORRETORES DE SEGUROS

26 AGO 2019

DPVAT

CNPJ: 05.522.917/00035-19
UPA-RENASCENÇA
Rua Rio Verde Nº 2810
Renascença III - CEP 64082-110
Teresina-PI



SUS



Prefeitura de
Teresina

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ENFERMARIA:
09/05/2019 17:00

LEITO:

UNIDADE DE SAÚDE: UPA RENASCENÇA

1 CORRETOR
DE SEGUROS
26 ABO 2019

DPVAT

NOME: **edimar sabino vieira**

PRESCRIÇÃO MÉDICA

FRATURA ossos do antebraço
DOR MODERADA.
PACIENTE ESTÁVEL NO PERÍODO.
AGUARDA TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

1. DIETA geral

2. S.F 0,9% 1000 ML EV EM 24HS
3. DIPIRONA 1 AMP EV 6/6 HORAS
4. TILATIL 40MG 1 AMP EV DIL 1X/DIA
5. TRAMAL 100MG + 100ML S.F. 0,9% - EV LENTO - SOS
6. CAPTOPRIL 25MG 1 CP SL SE PA > 170X110 MMHG - SOS

7. SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS
8. MANTER EM OBSERVAÇÃO ATE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR (HUT/HPM)

HORÁRIO

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

OBSERVAÇÕES

(Tetanol)
Tetanol 1000 UI
12

18 36 83
06 38 84
150/100

Dr. Albert Magalhães
Clínica de Traumatologia
CRM 3157

SUS



Prefeitura de
Teresina

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ENFERMARIA:

LEITO: *Sete* 08

UNIDADE DE SAÚDE: UPA RENASCENÇA

10/05/2019 07:51

NOME: EDIMAR SABINO VIEIRA	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	
PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	OBSERVAÇÕES
# FRATURA ossos do antebraço # DOR MODERADA. # PACIENTE ESTAVEL NO PERIODO. # AGUARDA TRANSFERENCIA HOSPITALAR		
1. <i>[REDACTED]</i>	()	()
2. S.F. 0.9% 1000 ML EV EM 24HS		
3. DIPIRONA 1 AMP EV 6/6 HORAS	12	12
4. PROFENID 1 AMP EV 12/12 HS	12	12
5. <i>[REDACTED]</i> 100MG + 100ML S.F. 0.9%		
6. <i>[REDACTED]</i> 25MG 1 CP S. <i>[REDACTED]</i>		
7. SINAIS VITAIS + CUIDADOS GERAIS		
8. MANTER EM OBSERVAÇÃO ATE <i>[REDACTED]</i>		

Confere com o Original
Sumat

[Signature]
10/05/2019 07:51





CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE LINEU ARAÚJO
Rua Magalhães Filho, 152 – Centro Sul – Fone 86 3221-3040
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ: 05.522.917/0016-56

Unidade: UPA Renascença

Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA

Data do exame: 09/05/2019

Id Paciente: UR151997

Data do laudo: 29-05-2019

Raio X de Antebraço Esquerdo

Fraturas completas desalinhada localizadas na diafise do radio e ulna.

- Espaço e superfícies articulares: mantidos.

Aumento do volume de partes moles.

Dr. Joelson Oliveira Moreira
Médico Radiologista
CRM-PI: 2353

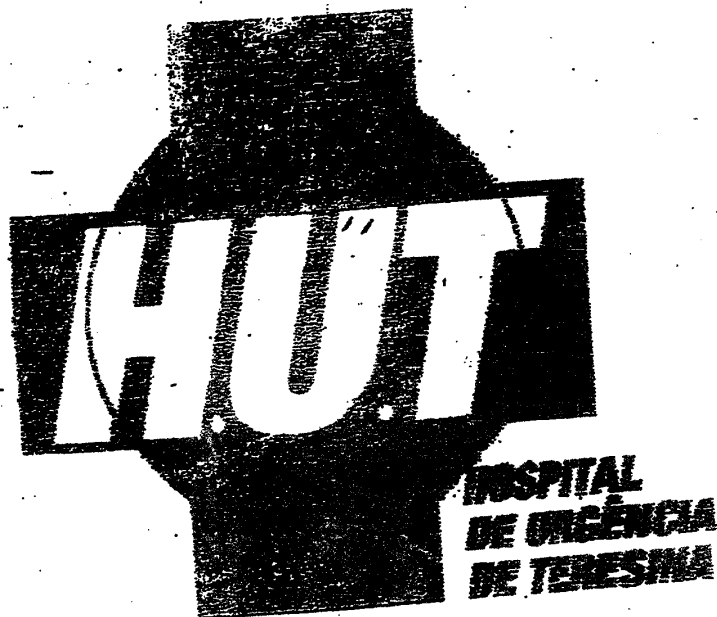
COPIA
CORRETORES
DE SEGUROS

26 JUN 2019

UPA RENASCENÇA

CNPJ 05.522.917/0016-56
UPA RENASCENÇA
Rua Rio de Janeiro, 152
Teresina - PI
29/05/2019





NOME DO PACIENTE: Edimar Sabino Vieira

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 510706

COPIETORA
DE SEGUROS

20/10/2019

DEVAT

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

Imp: 10/05/2019 10:06:54
(User: DR. FERDINAND FREITAS)
(Estação: GESS002)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA		Prontuário: 510706
Mãe: SABINA DO ESPIRITO SANTOS		Pai:
End.Resid.: POV LAGOA DA MATA - ZONA RURAL - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento: 28/07/1969	Idade: 49a9m13d	Sexo: Masculino Fone: 86-95100-048
Responsável: MARIA ALINE		CNS: 709806090691896
Profissão: CASEIRO		Documento: CPF: 514.754.723-15
G. Instrução: Não informado		E.Civil: Casado(a)

DADOS DO ATENDIMENTO:

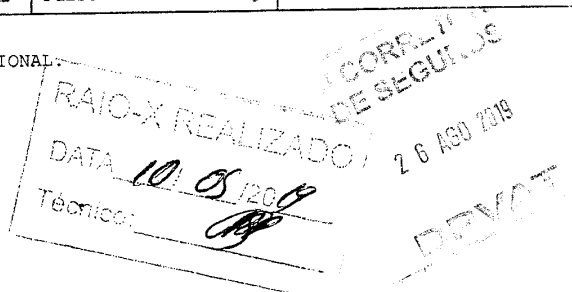
Código: 720977	Entrada: 10/05/2019 09:22:00	Convênio: S U S	Proced: 0301060061
Motivo da Procura Conforme Paciente/Acomp): ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC			
Condução: AMBULÂNCIA QUALQUER (DESTA CIDADE)			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	Classificação: Dor leve recente	Cor: Verde
Breve História Clas. Risco: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, EM USO DE CAPACETE, ECG: 15. REFERE DOR EM MSE. ENCAMINHADO DA UPA DO RENASCENÇA PARA AVALIAÇÃO ORTOPEDICA. DESCONHECE ALERGIA MEDICAMENTOSA		SABRINA LOBAO C. MAIA DE SOUSA COREN - 207590 Em: 10/05/2019 09:52:27

SSVV: (Hora: ____:____)			
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: bpm Pressão: mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta: TRAUMA NO ANTRBRAÇO ESQUERDO COM DORES E LIMITAÇÃO FUNCIONAL. ENCAMNHADO DA UPA DO RENASCENÇA.
--



Diagnóstico Inicial: ?	CID:
----------------------------------	-------------

Exames Complementares: (1213436) - ANTEBRACO ESQUERDO

Prescrição Médica:

Motivo da Alta/Encerramento: Observação (Adulto)	DATA: / / HORA:
--	-------------------------------

Dr. Ferdinand Freitas
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI: 3096 TEOT: 11020

Assinatura Paciente ou Responsável

FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS NETO
CRM: 3096 PI Em: 10/05/2019 10:06:53





Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Saúde

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR COMPROVANTE DE REGULACAO

AUTORIZAÇÃO: 614991960	Nº REGULAÇÃO: 73064	TIPO: AVALIAÇÃO CLÍNICA EM HOSPITAL
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: 7823169 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA - (86) 3234-7074		
ESTABELECIMENTO REFERENCIADO: 5828856 - HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT		
LEITO: ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		
PACIENTE: EDIMAR SABINO VIEIRA		NASCIMENTO: 28/07/1969

DADOS CLÍNICOS

HISTÓRIA CLÍNICA:

PACIENTE APRESENTA DOR E DEFORMIDADE EM ANTEBRAÇO APOS ACIDENTE OCORRIDO HOJE. RX COM FRATURA FECHADA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DE TRATAMENTO CIRÚRGICO.CID S52.4

PROVAS DIAGNÓSTICAS:

EXAME FISICORX

EXAMES SOLICITADOS:

EXAME FISICORX

DIAGNÓSTICO(CID): FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO ULNA

COMORBIDADE:

PRESSÃO ARTERIAL: 120x80(mmHg) **FREQ. CARDÍACA:** 85bpm **SATURAÇÃO:** 99% **FREQ. RESPIRATÓRIA:** 14rpm

GLICEMIA: 90mg/dL **NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:** 15 **USO DE O2:**

USO DROGAS VASOATIVAS:

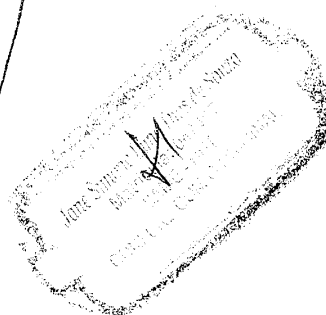
USO ANTIBIÓTICOS:

USO DE OUTRAS MEDICAÇÕES:

DATA: 10/05/2019 06:40:36

Dr. Edmar Sabino Vieira Jr.
Ortopedista Traumatologista
CRM: 36207 REG. 110001022 (RJ)

MÉDICO RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO / CARIMBO



ID. 73038



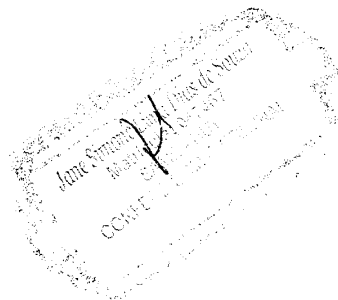
Fundação Municipal de Saúde

17 577 205/0015 - 32
UPA RENASCENÇA
 Rua Rio Verde Nº 2810
 Renascença III -
 CEP 64082-110
 Teresina-PI



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De: UPA	Para: ORTOPEDIA HPM ou HUT
Sr (a). <i>Edina Sabino Vieira</i>	Registro:
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
<p><i>paciente grávida de 3 meses e 15 dias em antebraço por acidente automobilístico há 3h</i></p> <p><i>HP. fratura osso do antebraço (fechada)</i></p> <p><i>encaminhado a cirurgia</i></p>	
TERESINA-PI 08/05/2019	<p align="right">Dr. Albert Medeiros Ortopedia/Traumatologia Cirurgia da Coluna CRM 20.571</p> <p align="center">Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo</p>





No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIIH)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código de Internação
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	2387

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA	6 - Prontuário: 510706		
7-CNS: 709806090691896	8-Nascimento: 28/07/1969	9-Sexo: Masculino	CPF: 514.754.723-15
11-Mãe: SABINA DO ESPIRITO SANTOS	12-Fone: 86-95100-048		
13-Resp: MARIA ALINE	14-Cor: Sem Informação		
15-Ender: POV LAGOA DA MATA - ZONA RURAL - CEP: 64000-010	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-010
16-Munic: TERESINA			

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos: TRAUMA NO ANTEBRAÇO ESQUERDO COM DORES E LIMITAÇÃO FUNCIONAL. ENCAMINHADO DA UPA DO RENASCENÇA.
21 - Condições que justificam a internação: TRATAMENTO CIRURGICO
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados): RX E EXAME FÍSICO

3-Diagnóstico Inicial:

Fratura das diáfises do rádio e do cúbito [ulna]

24-CID Prin:
S524

25-CID Sec.:

26-CID C. Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 0408020423	27-Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SINTESE)
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.: 02 01 CPF 716.039.213-20
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente: FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS NETO	34-Data Solicitação: 10/05/2019


PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No. Bilhete:	41-Série:
37- () Acidente Trabalho Típico	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
38- () Acidente Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado			

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: 14/06/19	Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria ORCA/FMS CRM - PI 1838 - CPF 163.563.537-9 CNS 281560428930004
48-Documento: () CNS () CPF	49-Num. Documento:	
51 - Assinatura Paciente ou Responsável: Edimar Sabino Vieira		50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho) Usuário: (DR. FERDINAND Consulta Local: 720977 Consulta SUS:



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR		Nº LAUDO: 204129	
FORMA DE ENTRADA: MUNICIPAL		AIH: 2219100325960	

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS - UPA RENASCENÇA	CNES 7823169
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS 709806090691896	NOME DO PACIENTE EDIMAR SABINO VIEIRA	NASCIMENTO 28/07/1969	SEXO M	PRONTUÁRIO 510706
DOCUMENTO CPF	TELEFONE 8695100048	NOME DA MÃE SABINA DO ESPIRITO SANTOS	RESPONSÁVEL MARIA ALINE	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO POV NOVA CAJAIBA			NUMERO / LOTE s/n
BAIRRO ZONA RURAL	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE APRESENTA DOR E DEFORMIDADE EM ANTEBRAÇO APOS ACIDENTE OCORRIDO HOJE. RX COM FRATURA FECHADA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. CID S52.4

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

AS ACIMA

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME FISIOTERAPÊUTICO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S52.4 - FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO ULNA	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
---	--------------------------	---------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408020423 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO C SINTESE

LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS NETO CPF: 71603921320 CRM:	
CARÁTER URGENCIA	DATA SOLICITAÇÃO 10/05/2019		
DATA ADMISSÃO 10/05/2019 09:22	DATA ALTA 12/05/2019 09:00	MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) MARCONDES MARTINS SANTOS MOURA CPF: 07939400363 CRM:	NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA CPF: CRM: DATA ANALISE:
---	---

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



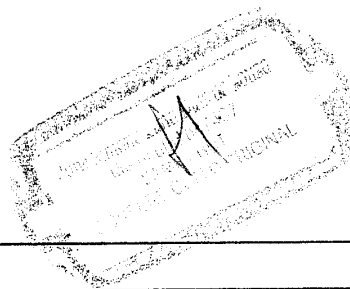
BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 09, 05, 19

NOME DO PACIENTE: <u>Edimar Sabino Vitorino</u>	PRONTUÁRIO Nº: <u>510706</u>
DIAGNÓSTICO: <u>FRATURA rádio e ulna dr</u>	CIRURGIA: <u>7to cirurgia</u>
ANESTESIA: <u>Bloqueio</u>	Nº DA SALA: <u>02</u>
CIRURGIÃO: <u>Osvaldo Mendes</u>	CPF Nº: _____
AUXILIAR: <u>Berilherme</u>	CPF Nº: _____
ANESTESIA: <u>Teclison</u>	CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: <u>1. Ferreira</u>	CPF Nº: _____

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI <u>2415</u>	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº <u>715</u>	PAR	05	
AGULHA 40X12	UNID.	02		LUVA Nº _____	PAR		
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	05	
ÁLCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	100	
ALGODÃO	BOLA	02		PVPI TÓPICO	ML	50	
ÁGUA OXIGENADA	ML	100		PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	02		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACHO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	02	
ESPARADRAPO	CM	60		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	02	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº <u>20</u>	UNID.	01		<u>ed foterocolor</u>	CC	01	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA	UNID.	QUANT.	PREÇO
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.				<u>er & pom</u>	<u>11</u>	<u>03</u>	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON	<u>20</u>	<u>04</u>					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL	<u>20</u>	<u>02</u>		CIRCULANTE: <u>Berilherme</u>			
PROLENE							





FICHA DE ANESTESIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANESTESIANome: Edineir Sobrinho Viçosa
Procedimento: Desmontagem do nádeg e ulnaSala: 02Alergia: -Data: 10/05/19Cirurgião: OsvaldoObservações: -

Agentes	Unid	15	30	45	15	30	45	15	30	45	15	30	45
1 midazolam	mg	2	2										
2 alfentanil	mg	2											
3 propofol	mg	50											
4 propofol	mg	10											
5 dexmedetomidina	mg	8											
6 fentanyl	mg			0.1									
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
Oxigênio		91%											
AR/N2O	%												
Volatil		RS RS RS RS RS											

Acesso Vascular

☒ Periférico MSDCat. Venoso nº 20☐ Dificuldade aces. venoso

Gastos cateteres

☐ Central

Via Aérea

☒ Cateter nasal☐ IOT nº☒ MA nº

Monitorização:

☒ Cardioscopia☒ PANI☒ Oxímetro de pulso☐ ETCO2☐ Outros

Anestesia:

☐ Geral Venosa☐ Geral Balanceada☐ Raqui-anestesia☐ Peridural☒ Bloqueio Periférico☐ OutrosDecúbito: dorsal

SPO2 (%)

ETCO2 (mmHg)

Aces. Venoso

Aces. Venoso

Diurese

Perdas Sanguíneas

Descrição da Anestesia:

- Monitorização + neurol de neuroclínica
- Bloqueio axilar guiado por estimulador de nervo com 35
de rotação e 0,5%
- Sedação + ATB + PMVP

Dra. Regina Bezerra
Médica
RMS 5929

Anestesiologista



**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde


1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	238753

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: EDIMAR SABINO VIEIRA	6 - Prontuário: 510706		
7-CNS: 709806090691896	8-Nascimento: 28/07/1969	9-Sexo: Masculino	CPF: 514.754.723-15
11-Mãe: SABINA DO ESPIRITO SANTOS	12-Fone: 86-95100-048		
13-Resp: MARIA ALINE	14-Fone: 86-95100-048		
15-End: POV LAGOA DA MATA - ZONA RURAL - CEP: 64000-010	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-010
16-Munic: TERESINA			

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0408020423	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SINTESE)	
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702030899	32 - Descrição do Procedimento Especial: PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	Quant. Soli- cidada: 2
Fornecedor da OPM: MEDICAL LIFE		

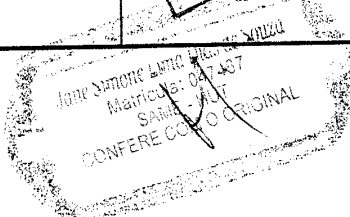
38-Profissional Responsável: FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS NETO	40-Tp. Documento: CPF	 41-Ass.Carimbo Méd.Sol. (CRM)
39-Data Solicitação: 10/05/2019	40-No.Doc. Méd. Solic.: 716.039.213-20	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

*Justificativa de Fratura no
neto a mãe.*

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho):
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: 14/05/2019	52-CNS/CPF: Celso Pires Ferreira Filho Assessor de Auditoria ORCAAFMS CRM - PI 1639 - CPF: 763.563.537 - 9 CNS 251560409370017
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho): (KLÊNIA FREIRE)





UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE
TERESINA - HUT

HOSPITAL DE URGÊNCIA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

1	10/05/2019	FRAT. RADIO E	PRONTUÁRIO 510706	DATA NASC 28/07/1969	IDADE 49	CLÍNICA Ortopédica	ENF. OU AP EXT. 1	LEITO 236	MÉDICO ASSISTENTE
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
22									
23									
24									
25									
26									
27									
28									
29									
30									
31									
32									
33									
34									
35									
36									
37									
38									
39									
40									
41									
42									
43									
44									
45									
46									
47									
48									
49									
50									
51									
52									
53									
54									
55									
56									
57									
58									
59									
60									
61									
62									
63									
64									
65									
66									
67									
68									
69									
70									
71									
72									
73									
74									
75									
76									
77									
78									
79									
80									
81									
82									
83									
84									
85									
86									
87									
88									
89									
90									
91									
92									
93									
94									
95									
96									
97									
98									
99									
100									

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

NOME Edmar Sato IDADE _____ anos DATA 10/05 /2019
 HORÁRIO DE ADMISSÃO 17 hs 05 min TIPO DE ANESTESIA () GERAL () RAQUE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO
 CIRURGIA REALIZADA osteomielite de crânio CIRURGIÃO _____

SINAIS VITAIS	HORÁRIO	
	ADMISSÃO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	<u>120 / 58</u>	<u>106 x 55</u>
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	<u>71</u>	<u>75</u>
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)	<u>100</u>	<u>98%</u>
TEMPERATURA AXILAR (O° C)		
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)		
NOME/ MATRÍCULA	<u>Varus</u>	

ÍNDICE DE ALDRETTEE KROULIK			ADMISSÃO			SAÍDA
ATIVIDADE MUSCULAR	Movimenta os quatro membros	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Movimenta dois membros	1	1 <input checked="" type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
RESPIRAÇÃO	É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Tem apnéia	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CIRCULAÇÃO	PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	PA em 20-49% do nível anestésico	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
CONSCIÊNCIA	Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Desperta, se solicitado	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Não responde	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
SATURAÇÃO O ₂	É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
	Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	1	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
	Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	0	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>

ESCALA DE DOR ADMISSÃO



ESCALA DE DOR ALTA



TOTAL

09

ASS.

Maria Jurema de Oliveira
Enfermeira
COREN-PI 434.163

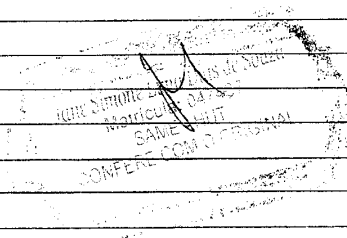
() Sonda Vesical	() Dreno de Sucção	() Dreno Torácico	() DVE	() Colostomia	Sonda () Nasog () Nasoe
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

Paciente admitido na SRPA em
 POE de osteomielite de crânio e febre alta

CAIXA REALIZADO
 DATA 10/05/2019
 Técnico: [assinatura]

Maria Jurema de Oliveira
Enfermeira
COREN-PI 434.163



PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

Dr. Azevedo C. Oliveira
Anestesiologista
COREN-PI 454

HORÁRIO

ANESTESIOLOGISTA

ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS []

[] [] [] [] [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] [] QUEIM. CLÍNICA: [] PED [] MORT [] NEU [] CIR [] MÉD



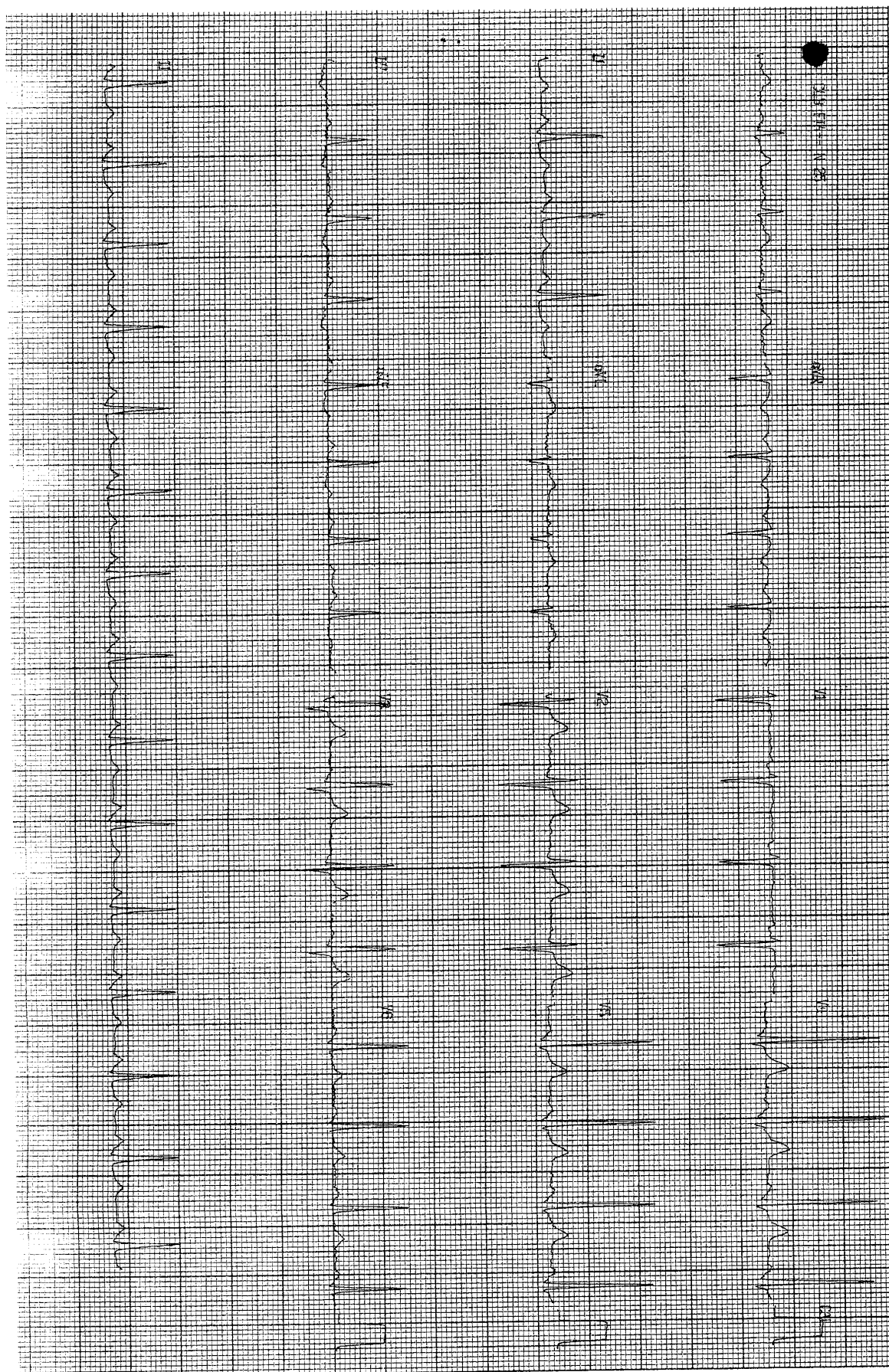
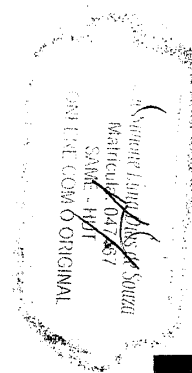
Assinado eletronicamente por: CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA - 25/10/2019 13:49:46

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102513494639600000006595657

Número do documento: 19102513494639600000006595657

Num. 6900143 - Pág. 4

11mna 00vino v.10mna
0105/19 - 12:40





86 3305 6005
comercial@medicallifehospitalar.com
www.medicallifehospitalar.com
Av. Odilon Araujo, 475 - Piçarra,
CEP: 64.017-280. Teresina - PI
01.780/0001-00 | Ins. Est.: 19.493.633-3

CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3

CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3

CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3

CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3

CNPJ: 14.361.780/0001-00 | Insc. Est.: 19.493.633-3

